



Campanha Construindo Cidades Resilientes

Minha cidade está se preparando!

OBSERVATÓRIO DA CIDADE RESILIENTE

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

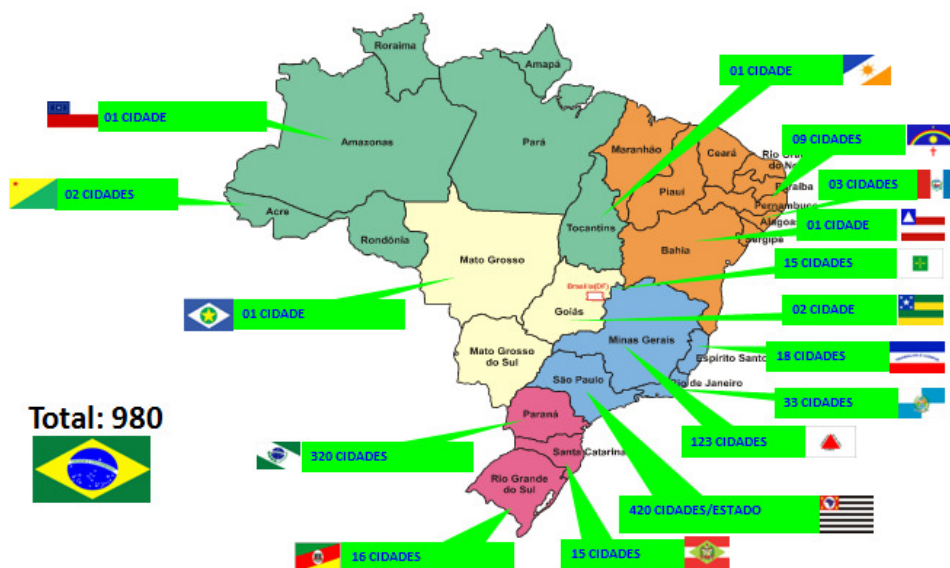
PUBLICAÇÃO: 09 DE AGOSTO DE 2017



CIDADES RESILIENTES NO BRASIL



SITUAÇÃO EM 04/08/2017

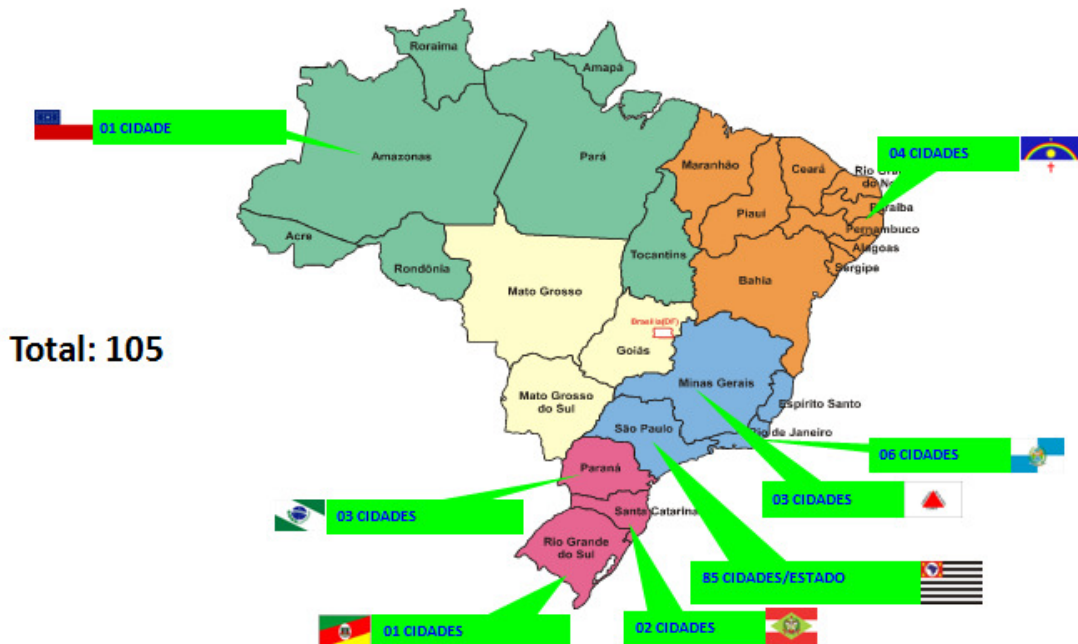




ESTADOS PARTICIPANTES	TOTAL	
SÃO PAULO	420	
PARANÁ	320	
MINAS GERAIS	123	
RIO DE JANEIRO	33	
ESPIRITO SANTO	18	
RIO GRANDE DO SUL	16	
SANTA CATARINA	15	
DISTRITO FEDERAL	15	
PERNAMBUCO	09	
ALAGOAS	03	
GOIAS	02	
ACRE	02	
BAHIA	01	
AMAZONAS	01	
MATO GROSSO	01	
TOCANTINS	01	
	980	



CONCLUIRAM SEGUNDO CICLO



CONCLUIRAM SEGUNDO CICLO NO MUNDO

259 : Contexto mundial



CONTEXTO MUNDIAL

259 : contexto mundial

Americas	144
Asia	85
Europe	21
Africa	9

Pelo tamanho da cidade	
Menos de 500.000	212
1-5 milhões	25
500.000-1 milhão	17
5-10 milhões	4
Mais de 10 milhões	1

CONTEXTO AMÉRICAS

Por país	
Brasil	105
Colômbia	8
Peru	6
Guatemala	5
Argentina	4
Equador	4
Costa Rica	3
Jamaica	3
Canadá	2
Bolívia	1
Chile	1
El Salvador	1
Venezuela, República Bolivariana da	1



144: contexto das Américas

Pelo tamanho da cidade	
Menos de 500.000	130
1-5 milhões	7
500.000-1 milhão	5
Mais de 10 milhões	1
5-10 milhões	1



PNUD inicia projeto de implementação local dos objetivos globais no oeste do Paraná



A partir deste mês, PNUD e Itaipu percorrerão a região oeste do Paraná para municipalizar a Agenda 2030. Foto: CC/Google.

Entre os dias 2 e 9 de agosto, a Itaipu Binacional, a Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) realizam os Seminários Microrregionais sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no oeste do Paraná.

A ação faz parte de um acordo de cooperação técnica entre PNUD e Itaipu para a localização dos ODS nos 54 municípios do oeste do Paraná. O acordo, vigente até 2019, pretende atuar em três eixos: Diálogos Municipais, Avaliação e Monitoramento e Formação.

No eixo de Diálogos, a proposta é fomentar a articulação de prefeituras, instituições públicas e privadas, terceiro setor e população em geral em núcleos de diálogo municipal sobre os ODS, resultando na elaboração de agendas de atuação conjunta com as prioridades do município para o desenvolvimento sustentável.

Junto a isso, o projeto atuará com dados e informação, no eixo de Avaliação e Monitoramento, com a publicação de diagnósticos, estudos e levantamentos com base em indicadores municipais para os 54 municípios. Esses estudos deverão servir de subsídio para uma plataforma online, pública e gratuita, de busca de indicadores municipais relacionados aos ODS. A última ação do projeto está relacionada a ciclos de formação para gestores locais em ODS e dados, que deverá ocorrer em 2019.

Com essa abordagem, o que se espera é identificar os principais desafios da região, com base nos ODS e nos indicadores municipais, para conectar cada vez mais o estado à agenda global da ONU rumo a 2030. O trabalho está integrado a uma estratégia conjunta dos países para enfrentar, até esse prazo, os principais problemas que afetam a humanidade, como a mudança global do clima, a contaminação dos ecossistemas, a fome e a miséria, a desigualdade de gênero, a crise econômica, entre outros.

A ação é inovadora no país e no mundo, pois é uma das primeiras iniciativas em localização municipal dos ODS regionalmente e, alinhada ao P de "Parcerias" da Agenda 2030, reúne o conhecimento técnico do PNUD, a relevância e experiência territorial de Itaipu e o destaque em desenvolvimento regional do oeste do Paraná.

Programação

A programação teve início na quarta-feira (2). O primeiro encontro ocorreu na Associação Comercial de Marechal Cândido Rondon. Participaram representantes de Entre Rios do Oeste, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, São José das Palmeiras e São Pedro do Iguaçu.

Na quinta-feira (3), a conversa aconteceu na Associação Comercial de Assis Chateaubriand, com representantes da cidade e de Anahy, Assis Chateaubriand, Braganey, Brasilândia do Sul, Cafelândia, Corbélia, Formosa do Oeste, Guaíra, Iguatu, Iracema do Oeste, Jesuítas, Nova Aurora, Palotina, Terra Roxa, Tupãssi e Ubiratã.

Nesta sexta-feira (4), é a vez de Foz do Iguaçu, na Fundação Cultural, sediar o encontro. No dia 7, Medianeira recebe, na Associação Comercial, representantes de Diamante D'Oeste, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu e Vera Cruz do Oeste.

No dia 8, o tema ODS chega a Cascavel para debate na Associação Comercial. Participam representantes de Boa Vista da Aparecida, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Lindoeste, Nova Laranjeiras, Quedas do Iguaçu, Santa Lúcia, Santa Teresa do Oeste e Três Barras do Paraná. A primeira rodada termina no dia 9, na Associação Comercial de Toledo.

<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/publicacoes/documentos-tematicos-ods-07-2017.pdf>

Com US\$ 6,6 mi, programa da ONU promoverá crescimento sustentável no cerrado brasileiro

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a organização não governamental *Conservation International* lançaram na segunda-feira (7), em Brasília, o projeto “Reduzindo o Desmatamento na Cadeia Produtiva de Soja”. Com investimentos de 6,6 milhões de dólares, iniciativa visa promover padrões sustentáveis na exploração da commodity, em regiões do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia onde predomina o bioma cerrado.

“Por meio desse projeto, pretendemos criar uma visão comum para a expansão e a produção no cerrado brasileiro”, anunciou o diretor de país do PNUD, Didier Trebucq, no evento, que marcou não apenas o início da iniciativa, como também a abertura de um workshop de dois dias, encerrado nesta terça-feira (8), na Casa da ONU, na capital federal.

O cerrado brasileiro é o segundo maior bioma da América do Sul. Berço das três maiores bacias hidrográficas da região e um polo mundial de biodiversidade, esse ecossistema abriga povos e comunidades tradicionais que sobrevivem do manejo dos recursos naturais. No entanto, o cerrado é o bioma nacional com menor porcentagem de unidades de conservação, tanto de uso integral — apenas 2.8% de seu território —, quanto de uso sustentável — 5.3%.

Com duração prevista de três anos, a iniciativa do PNUD atuará diretamente em dez municípios no Tocantins e na Bahia. Nessas cidades, a produção agrícola incluirá critérios socioambientais que estimulem a promoção e a reprodução de boas práticas. A área visada pelo programa é conhecida pela sigla MATOPIBA, usada para indicar as zonas de produção ao longo da fronteira entre os dois estados e também entre Maranhão e Piauí.

O projeto também prevê o desenvolvimento de técnicas de restauração de áreas degradadas e desmatadas. Ferramentas deverão ter potencial de replicação em outras partes do país, além de estarem alinhadas ao cumprimento das metas firmadas pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris.

Combinadas ao planejamento de corredores ecológicos e zoneamento, o PNUD afirma que as estratégias do programa promoverão as parcerias necessárias para o desenvolvimento sustentável da região, numa coalizão entre sociedade civil organizada, setor produtivo local e governos em todas suas esferas. O workshop realizado em Brasília reuniu representantes desses três setores que estarão à frente da iniciativa.

A implementação do projeto ficará a cargo da *Conservation International*, que trabalhará em parceria com a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), a Fundação de Apoio à Pesquisa para o Corredor de Exportação Norte (FAPCEN), a Associação de Agricultores e Irrigantes de Bahia (AIBA) e a Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado do Tocantins (FAET).

FONTE: https://nacoesunidas.org/com-us-66-mi-programa-da-onu-promovera-crescimento-sustentavel-no-cerrado-brasileiro/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+ONUBr+%28ONU+Brasil%29



REQUISITOS MÍNIMOS PARA A EDUCAÇÃO: Preparação, Resposta e Reconstrução

A Rede Inter-Institucional de Educação em Situação de Emergência (INEE) é uma ampla rede de agências das Nações Unidas (NU), ONGs, agências doadoras, profissionais, investigadores e indivíduos de populações afetadas que trabalham em conjunto para assegurar o direito à educação em situações de emergência ou reconstrução pós-crise. O Grupo de Trabalho da Rede INEE para os Requisitos Mínimos está a facilitar a implementação mundial dos Requisitos Mínimos para a Educação: Preparação, Resposta e Reconstrução. Este grupo da INEE (2009-2011) é constituído por 19 organizações especializadas na área da educação em situações de conflito e catástrofe: Academia para o Desenvolvimento da Educação (AED), Action Aid, Instituto Americano de Investigação (AIR), Educação Básica para Refugiados Afegãos (BEFARe), Fórum das Mulheres Africanas especialistas em Educação (FAWE), Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), International Rescue Committee (IRC), Mavikalem Social Assistance and Charity Association, Norwegian Agency for Development (NORAD), Norwegian Refugee Council (NRC), Oxfam Novib, Plan Internacional, Save the Children, UNESCO, UNHCR, UNICEF, War Child Holland, World Education, e ZOA Refugee Care. A INEE agradece a mais de 41 agências, instituições e organizações pelo apoio desde a concepção desta rede. Para a lista completa de agradecimentos, por favor consulte o site da INEE: www.ineesite.org.

http://toolkit.ineesite.org/toolkit/INEEcms/uploads/1012/MS_2010_Portuguese_lowres_fin_al.pdf



“Campanha Mais Direitos, Menos Zika”

O principal objetivo da Iniciativa “Mais Direitos, Menos Zika”, coordenada pelo UNFPA, é engajar jovens, adolescentes e mulheres para a realização de ações de mobilização comunitária e vigilância em saúde em diferentes territórios nos estados de Pernambuco (PE) e Bahia (BA), com vistas a mitigar os impactos da epidemia de zika no exercício dos direitos reprodutivos, sem desconsiderar os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

O engajamento comunitário e as ações de informação e comunicação de risco centrada no sujeito de direito são meios para estimular a demanda por serviços de melhor qualidade e insumos em saúde sexual e reprodutiva, especialmente para as mulheres, adolescentes e jovens que decidirem adiar a gravidez.

Além das ações de comunicação/informação e mobilização comunitária, incluindo marketing social para promoção do uso dos preservativos masculino e feminino como forma de prevenir a transmissão sexual do vírus zika, estamos atuando na produção e gestão do conhecimento; na advocacia e diálogo político; no fortalecimento das capacidades institucionais para a melhoria da qualidade das ações de promoção e atenção à saúde sexual e reprodutiva; na ampliação do acesso aos insumos contraceptivos, com destaque para os métodos de longa duração; e, finalmente, na atenção integral às mulheres e famílias afetadas pela síndrome congênita de zika.

A iniciativa “Mais Direitos, Menos Zika” inclui nove organizações da sociedade civil em PE e BA e conta com a parceria da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), Corpo de Resposta Civil Internacional (CANADEM), com recursos dos Governos do Japão e Reino Unido (DFID), e do Fundo de Emergência Global do UNFPA. Para além disso, está inserida no Marco Estratégico da Resposta Global e Plano de Operações Conjuntas para Zika da Organização das Nações Unidas (ONU).

O UNFPA também contribui para a resposta brasileira à epidemia de Zika com ações desenvolvidas com a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da

Saúde (OPAS/OMS) e ONU Mulheres, no âmbito do Grupo de Trabalho para Zika do Sistema da ONU no Brasil.

Resultados Esperados

- Empoderamento das mulheres através da ampliação do acesso à informação correta, da promoção e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos;

- Ampliação do acesso à informação sobre direitos, sobre o risco e implicações da infecção por vírus zika durante a gravidez, e sobre a síndrome congênita do zika em suas diferentes manifestações, para além da microcefalia;

- Ampliação do acesso aos serviços de saúde, ações de promoção e atenção à saúde sexual e reprodutiva (SSR) e métodos contraceptivos;

- Fortalecimento das capacidades e melhoria da qualidade dos serviços: ampliação do acesso à serviços de qualidade por adolescentes, jovens e adultas mais vulneráveis à infecção, em consonância com os princípios dos direitos humanos, sensibilidade cultural e perspectiva de equidade de gênero, raça e idade.

- Aumento de notificações de infecções pelo vírus zika, disseminação e dados desagregados por idade, sexo, raça/cor e área de residência.

FONTE: <http://maisdireitosmenoszika.org/a-campanha/>